

PERSPECTIVAS PARA O ENSINO MÉDIO A PARTIR DO DOCUMENTO REFERÊNCIA CONAE-2014

Alessandra de Oliveira Santos¹

Dr^a Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida²

Pôster do GT Diálogos abertos sobre a Educação Básica

RESUMO: O presente trabalho tem como objeto de estudo, as políticas educacionais para o Ensino Médio Propedêutico da Rede Pública de Ensino, têm como objetivos: identificar no documento referência para a Conferência Nacional de Educação-2014(CONAE 2014), as proposições do Eixo IV (Qualidade da Educação: Democratização do Acesso, Permanência, Avaliação, Condições de participação e Aprendizagem), referentes ao ensino médio; perceber quais são as perspectivas para esta etapa de ensino, traçar um perfil do tratamento dado para o ensino médio no Plano Nacional de Educação e no Documento para a CONAE-2014; buscar subsídios e contribuir com a elaboração de propostas nos espaços de discussões e deliberações dos quais participaremos, conferindo, materialidade ao discurso acerca da universalização da educação básica com qualidade social e à efetivação e implementação do Plano Nacional de Educação, no contexto da construção do Sistema Nacional de Educação.

Palavras - chave: Políticas Educacionais. Ensino Médio. Plano Nacional de Educação. Conferência Nacional de Educação-2014.

1) Introdução:

O Ensino médio brasileiro, no decurso de sua história, tem sido recorrentemente identificado com um espaço indefinido, ainda em busca de sua

¹ Mestranda do PPGE PUC-GO, trabalha na Secretaria de Estado da Educação; mestranda do curso de mestrado do PPGE-PUC Goiás, projeto “Histórico do Ensino Público em Goiás: Ensino Médio de 2006 a 2012”; alesantosdp@yahoo.com.br.

² Professora do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da PUC Goiás; Linha de Pesquisa: Estado, Políticas e Instituições Educacionais; orientadora do projeto de pesquisa de mestrado Histórico do Ensino Público em Goiás: Ensino Médio de 2006 a 2012 - Alessandra de Oliveira Santos; zeneide.cma@gmail.com.

identidade. Em 1988, a nova Constituição Federal trouxe alterações importantes na abrangência e no caráter do nível de ensino em pauta. Afirmou-se o dever do Estado em assegurar a “progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade do ensino médio” (Art.208, inciso II), medida que se refletiu no processo de ampliação da oferta do ensino médio, ocorrida nos anos que se seguiram.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei nº 9304 de 1996, traz um aspecto relevante: a inclusão do ensino médio como educação básica, e consagra, em seu art. 4º, a *progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio*. Outros dois aspectos são ressaltados: a continuidade de estudos e a preparação para o trabalho, destacando-se assim, a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos do ensino fundamental com vistas ao prosseguimento dos estudos, o desenvolvimento da cidadania, do pensamento crítico e a preparação para o trabalho, tendo a qualificação como opção para esta etapa de ensino.

Vale mencionar o Plano Nacional de Educação (PNE), estabelecido em 2001 (Lei nº 10.172), que definiram em termos legais, diversas metas a serem atingidas no ensino médio até 2011. É possível depreender, do conjunto de instrumentos normativos do ensino médio, que há uma preocupação crescente com a ampliação desse nível de ensino, bem como com uma melhor definição dos seus propósitos e, ademais, com a melhoria da qualidade do ensino ofertado. No entanto, sua situação atual ainda se encontra distante das metas propostas no PNE, e que apesar da significativa expansão por que passou nos últimos anos, ainda se está muito distante de sua universalização. Diante do exposto entendemos que o ensino médio no Brasil não possui identidade definida, é pouco pesquisado no mundo acadêmico e não é objeto de interesse das políticas públicas nacionais e estaduais.

Entende-se que, é relevante refletir sobre a construção de políticas de consolidação e fortalecimento do ensino médio que melhorem sua qualidade, supere as desigualdades de oportunidades e que universalize o acesso e a permanência do jovem na escola, favorecendo a sua autonomia e o seu protagonismo social.

Nesse sentido a CONAE cumpre um importante papel, constituindo um espaço democrático de discussão e deliberação de concepções e proposições educacionais para o Estado brasileiro, com especial destaque para a construção do Sistema Nacional de Educação e de um plano nacional como política de Estado. Por ter um caráter deliberativo, apresenta propostas que vão subsidiar a efetivação e a implementação do Plano Nacional de Educação pelos municípios, estados e Distrito

Federal. Na conferência de 2014 o tema central será “O PNE na articulação do Sistema Nacional de Educação: Participação Popular, Cooperação Federativa e o Regime de Colaboração”, é nesse, sentido que o presente pôster se apresenta, como um espaço de abordar as políticas educacionais propostas para o Ensino Médio a partir do Documento Referência da CONAE 2014, entendendo que estando atentos para as proposições tenhamos espaço de contribuição nos debates que antecedem e resultarão na CONAE 2014.

2)Justificativa:

A questão do significado ou mesmo função do ensino médio deve extrapolar a discussão simplista e separatista entre o saber para o vestibular e o saber fazer para o mundo do trabalho, bem como o saber racional e o saber afetivo. Da mesma maneira, é interessante notar que um novo tipo de público hoje ocupa as vagas do ensino médio no país. Esse público tem uma especificidade que deve ser contemplada: não busca apenas a informação, e sim, a formação cultural, científica, humana, esportiva, artística, cidadão e também para o trabalho.

Portanto, é direito dos jovens o acesso a um ensino médio de qualidade, pautado em propostas curriculares que favoreçam o desenvolvimento de sua capacidade cognitiva e o aprofundamento da compreensão do mundo físico, social e cultural, tornando-as mais articuladas com as experiências do alunado, permitindo assim o estabelecimento de relações entre o mundo escolar e o mundo da vida. A oferta dessa etapa da educação básica deve ser ampliada, de modo que todos possam frequentar e concluir o ensino médio.

O mundo em transformação requer um novo tipo de homem consciente e bem preparado para resolver seus próprios problemas acompanhando a tríplice revolução da vida atual: intelectual, pelo incremento das ciências; industrial, pela tecnologia; e social, pela democracia. Essa concepção exige, segundo Anísio Teixeira, "uma educação em mudança permanente, em permanente reconstrução". Para o autor, a educação era dever e baseada numa consciência fundante:

" A consciência da necessidade da escola, tão difícil de criar em outras épocas, chegou-nos, assim, de imprevisto, total e

sôfrega, a exigir, a impor a ampliação das facilidades escolares. Não podemos ludibriar essa consciência. O dever do governo - dever democrático, dever constitucional, dever imprescritível - é o de oferecer ao brasileiro uma escola primária capaz de lhe dar a formação fundamental indispensável ao seu trabalho comum, uma escola média capaz de atender à variedade de suas aptidões e das ocupações diversificadas de nível médio, e uma escola superior capaz de lhe dar a mais alta cultura e, ao mesmo tempo, a mais delicada especialização. Todos sabemos quanto estamos longe dessas metas, mas o desafio do desenvolvimento brasileiro é o de atingi-las, no mais curto prazo possível, sob pena de perecermos ao peso do nosso próprio progresso."(Teixeira, 1957, p.33).

Podemos considerar este momento fecundo para questionamentos, reflexões e debates das propostas para esta etapa de ensino. Esse estudo faz parte de uma pesquisa que resultará em uma dissertação de mestrado sobre esta etapa de ensino da Educação Básica no estado de e é, também, resultado dos estudos e discussões feitos na disciplina Tópicos de currículo e Formação dos Profissionais da Educação cursada no Programa de Pós-Graduação da PUC/GO, desse modo, tem sido realizado um estudo documental de toda legislação educacional (LDB, PNE, documento final da CONAE-2010), com foco no tratamento dado ao Ensino Médio.

A partir desta análise, o texto busca apontar para a necessidade de conferir materialidade ao discurso acerca da universalização da educação básica com qualidade social, para o que é fundamental a institucionalização do Sistema Nacional de Educação como elemento articulador de um esforço coletivo, tendo em vista a ampliação do acesso e da qualidade do ensino médio.

Sabemos que a ausência de explicitação dos dados que nos são apresentados e do debate com a sociedade civil, por si só, já revela os limites que são enfrentados, mas que o acompanhamento e o engajamento neste processo, é o que acabará por não permitir que tudo acabe se transformando em formalidade, e sim que nas discussões possamos dar mais um passo na formulação de políticas e na estruturação do SNE.

3) Objetivos:

O presente trabalho visa aprofundar as discussões sobre as políticas públicas para o Ensino Médio, subsidiar os debates e propostas na CONAE-2014, com foco na garantia de acesso, permanência e conclusão de estudos com bom desempenho; questões essas, que fazem parte da discussão do Eixo IV (Qualidade da Educação: Democratização do Acesso, Permanência, Avaliação, Condições de participação e Aprendizagem). O objetivo principal apontar as principais questões que ainda merecem ser levantadas e melhor discutidas para delinear propostas voltadas para um ensino médio de qualidade; reconhecer, perceber quais são as perspectivas para esta etapa de ensino tendo como foco as discussões a respeito da sua universalização e melhoria da sua qualidade.

4) Referências:

BRASIL/MEC. *CONAE 2014 – Documento Referência*. Disponível em: <http://conae.mec.gov.br/>. Acesso em: 01 de março de 2013.

BRASIL. *Plano Nacional da Educação (2001-2010)*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm. Acesso em: 02 de junho de 2013.

BRZEZINSKI, I. (org.). *LDB dez anos depois: reinterpretação sob diversos olhares*, 2 ed., São Paulo, Cortez, 2008.

DOURADO, Luiz Fernandes (org.). *Plano Nacional da Educação (2011-2020): avaliação e perspectivas*. Goiânia: UFG, 2011.

FRIGOTO, G. Sujeitos e conhecimento: os sentidos do ensino médio. In: FRIGOTO, G.; CIAVATTA, M. (org.). *Ensino Médio, ciência, cultura e trabalho*. Brasília, MEC, SEMTEC, 2004.

KRAWCZYK, N.; ZIBAS, D. *Reforma do ensino médio no Brasil: seguindo tendências ou construindo novos caminhos?* *Revista Educação Brasileira*, v.23, n.47, p.83-102, jul./dez., 2001.

LOPES, A.C. Interpretando e produzindo políticas curriculares para o ensino médio. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. (org.). *Ensino Médio, ciência, cultura e trabalho*. Brasília, MEC, SEMTEC, 2004.

SANTOS, Alessandra O.: *Histórico do Ensino Público em Goiás: Ensino Médio de 2006 a 2012* (pesquisa em desenvolvimento), 2013.

TEIXEIRA, Anísio. *Educação não é privilégio*. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio, 1957.

ZIBAS, D.; AGUIAR, M.; BUENO, M. S. S. (org.). *O Ensino médio e a reforma da educação básica*. Brasília: Plano, 2002.